

PLANO DE TRABALHO

I - DADOS DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Nome: Conselho Nacional do Café - CNC

CNPJ: 47.464.730/0001-07

Data de abertura do CNPJ: 03/11/1981

Endereço: SCN Quadra 01. Bloco C nº 85, Edifício Brasília Trade Center. Asa Norte. Cep: 70.711-902. Brasília-DF

E-mail: [REDACTED]

Telefone: (61) 3226-2269

Dirigente: Silas Brasileiro

CPF: [REDACTED]

RG: [REDACTED] **Telefone:** [REDACTED]

II - APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO DA OSC

A história de conquistas da cafeicultura brasileira passa pelo Conselho Nacional do Café. O CNC deu início às suas atividades em São Paulo, no prédio construído pelo extinto Instituto Brasileiro do Café (IBC), perto da Avenida Paulista, que no passado mais distante foi a rua do café. Originário da força da produção brasileira de café, desde 1981, o CNC exerce uma influência forte nos canais políticos e nas ações de melhoria da produção cafeeira. Conhecido com o Guardião do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), criado através de uma espécie de confisco cambial – uma taxa imposta nas exportações de café – o CNC é um marco, uma referência para todos da cafeicultura brasileira e mundial.

Desde a década de 80, o Conselho Nacional do Café é o principal fórum de discussão e organização política da cafeicultura nacional, canalizando as demandas das bases produtoras e liderando a evolução da política cafeeira, em sintonia com as tendências globais e sempre com foco na renda do produtor, sendo composto pelas lideranças de cooperativas e associações dos estados que produzem mais de 90% das safras brasileiras de café. Como braço operacional do sistema OCB para o café, o CNC organiza as demandas do segmento cooperativo para a construção de políticas, ações e projetos, com abrangência nacional, beneficiando os mais de 330 mil produtores brasileiros.

O avanço em pesquisa e tecnologia foi responsável pela condução da cafeicultura brasileira ao posto de mais sustentável e competitiva do mundo. Esse status só conseguirá se manter com um

programa de pesquisa ativo, fortalecido e dinâmico. Observando esses princípios, o Conselho Nacional do Café (CNC) tem participado de várias discussões sobre o essencial investimento em pesquisa, aumentando assim a produtividade, com foco na qualidade, bem como baixar custos, sendo esse o caminho a ser adotado como representantes da produção brasileira de café.

O CNC é o representante oficial da produção de café e atua com foco nos órgãos governamentais, Congresso Nacional, outros segmentos da cadeia produtiva, além de organismos internacionais. Propõe e participa diariamente das ações que fazem a diferença na vida dos produtores de café, das associações e cooperativas vinculadas, em busca de:

- i) Fortalecer a relação política e institucional, em busca de valorização o setor cafeeiro;
- ii) Preservar e fomentar a melhor utilização dos recursos do Funcafé;
- iii) Defender ao máximo a renda do setor produtivo;
- iv) Criar projetos que facilitem a produção sustentável da cafeicultura brasileira;
- v) Acompanhar e possibilitar a competitividade do setor produtor;
- vi) Colaborar na ampliação do market-share do Brasil no mercado internacional de café e fortalecer o consumo doméstico e no exterior;
- vii) Lutar contra as especulações constantes do mercado comprador;
- viii) Proporcionar acesso às pesquisas e a inclusão de novas tecnologias, em busca de uma produção mais sustentável em todos os aspectos: econômico, social e ambiental.

ATUAÇÕES IMPORTANTES – O CNC atua ativamente em órgãos nacionais e internacionais como o representante macro do setor produtivo de café do Brasil. São eles:

- i) Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC) e seus quatro Comitês de Assessoramento: Planejamento Estratégico (CDPE); Pesquisa e Desenvolvimento (CDPD); Promoção e Marketing (CDPM); e Acordo Internacional do Café (CAI). O CDPC reúne Ministérios (Mapa, Economia e Relações Exteriores) e o setor privado de cada segmento da cadeia (produção, exportação e indústria) para construir as diretrizes da política cafeeira nacional. Entre suas atribuições estão orientação e aprovação da gestão dos recursos do Funcafé, cujo orçamento é de mais de R\$ 6 bilhões, aplicados exclusivamente na cadeia café.
- ii) Organização Internacional do Café (OIC): CNC e Itamaraty estão em constante contato, sempre em busca de melhor representar o Brasil no Conselho Internacional do Café, e assim, defender os interesses do setor produtivo de café brasileiro. O Conselho atua também na Junta Consultiva do Setor Privado, como o principal

- representante nacional, onde se relaciona com os países consumidores e produtores de café, apresentando e defendendo a sustentabilidade da cafeicultura brasileira e a capacidade produtiva e comercial do Brasil. Garante assim, a confiabilidade do país no que diz respeito ao abastecimento mundial.
- iii) Conselho do Agro: o Conselho Nacional do Café é representante oficial do setor produtivo de café junto ao Conselho do Agro, fórum criado no âmbito da CNA. O ambiente reúne as entidades de representação de diversas cadeias produtivas do agronegócio brasileiro e tem como objetivo discutir demandas de cada setor agropecuário, onde o CNC opina no tema o qual é afeito.
 - iv) Plataforma Global do Café (GCP): o CNC está sempre atento às exigências do mercado e, por isso, atua como membro do Conselho Internacional da GCP e do Programa Brasil desta plataforma, que tem por objetivo ampliar a sustentabilidade da cafeicultura mundial. O Conselho Nacional do Café trabalha junto à GCP para defender a visão do segmento produtivo em assuntos que dizem respeito à sustentabilidade, com posições firmadas em evitar compromissos e encargos que onerem a produção de café brasileira, se opondo a propostas que somente aumentam os custos da produção, sem a remuneração devida pelo mercado. Assim, o CNC trabalha para que não surjam surpresas através de definições que geram mais custos, encargos e obrigações para os produtores.
 - v) Comitê do Fórum Mundial de Produtores de Café: visando uma produção mais sustentável economicamente, o CNC atua para apoiar a implementação da Declaração de Medellín.
 - vi) Pesquisa Embrapa Café: O CNC é parceiro nato da Embrapa Café, e proporciona estudos e pesquisas que buscam promover maior qualidade, melhores índices de produtividade e sustentabilidade em todo o processo da cadeia produtiva do café.

IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA CAFÉ PRODUTOR DE ÁGUA NO SANTA BÁRBARA

01. OBJETO

Trata-se de Plano de Trabalho vinculado ao Acordo de Cooperação Técnica que tem como objeto a integração de esforços entre os partícipes para o desenvolvimento e aplicação de instrumentos e metodologias visando à implementação do PROGRAMA CAFÉ PRODUTOR DE ÁGUA NO SANTA BÁRBARA, na Bacia Hidrográfica do Paranaíba.

O PROGRAMA CAFÉ PRODUTOR DE ÁGUA NO SANTA BÁRBARA pretende orientar e incentivar práticas de uso sustentável dos recursos naturais: uso do solo e uso da água na agricultura em especial nas propriedades produtoras de café; proteger áreas conservadas e

representativas das tipologias do cerrado; incentivar a atividade rural sustentável como estratégia importante para a manutenção dos processos ecológicos da água, assegurando a perpetuidade da vocação rural na região; promover a adequação e regularização ambiental de propriedades rurais; entre outras formas de proteção da água na bacia.

02. APRESENTAÇÃO

A Bacia Hidrográfica do Santa Bárbara está inserida no município de Monte Carmelo MG, e a área objeto desta parceria abrange aproximadamente 1.370 hectares, com diferentes usos e coberturas do solo, a ressaltar uma grande presença de lavouras de café. O curso de água nessa área tem 7,2 km de extensão e uma densidade de drenagem 0,526 km/km², um coeficiente de capacidade de 0,002 e um fator de forma de 0,1795.

A área é responsável por parte do abastecimento da cidade de Monte Carmelo, pelo fato de ser um importante manancial de abastecimento do município é que a Prefeitura Municipal de Monte Carmelo se agrega a essa parceria. Apesar da grande importância hídrica da região, detectam-se problemas ambientais como processos erosivos, impermeabilização do solo, desmatamentos nas áreas de entorno, invasões das margens dos recursos hídricos por atividades agrícolas e estrutura de estradas rurais, necessitando de readequação, entre outros fatores de degradação ambiental.

Devido à urgência em se viabilizar a sustentabilidade hídrica da região, a contar da crescente demanda pelo recurso água, tanto para o abastecimento humano quanto para a irrigação, propõe-se esta união de instituições para discutir uma forma de integrar esforços e garantir a execução de ações estratégicas de melhoria dos recursos hídricos da região. Pretende-se que essa integração de esforços em prol da segurança hídrica da população atendida e dos produtores rurais da bacia hidrográfica do Santa Bárbara seja uma iniciativa capaz de desenvolver as ações conservacionistas necessárias. Em sua constituição e operação caberão ações de fortalecimento da atividade agrícola sustentáveis, a restauração ecológica do cerrado, a conservação do solo com o uso de práticas sustentáveis nas lavouras de café e outras atividades que busquem garantir a segurança hídrica em quantidade e qualidade de água da bacia.

03. OBJETIVO

Garantir por intermédio da cooperação interinstitucional a qualidade e regularidade hídrica da Bacia Hidrográfica do Santa Bárbara.

3.1. GERAL

O presente Plano de Trabalho tem por objeto a integração de esforços entre as Partes para o desenvolvimento e aplicação de instrumentos e metodologia visando a implementação do Programa Café Produtor de Água – CAPRA, projeto a ser implementado na Sub-bacia Hidrográfica do Santa Bárbara no município de Monte Carmelo. Abrange o desenvolvimento de ações que fomentem o fortalecimento da cafeicultura sustentável a fim de conservar e recuperar os solos e mananciais, com o intuito de maximizar a quantidade, regularidade e a qualidade da oferta hídrica para uso antrópico na Bacia Hidrográfica do Santa Bárbara, por meio da mobilização social com foco na implementação de ações que viabilizem a conservação e a preservação ambiental, o manejo sustentável dos recursos naturais empregados nas atividades econômicas notadamente de cunho rural no âmbito geográfico desta bacia e a utilização racional e integrada dos recursos hídricos.

3.2. ESPECÍFICOS

- i. Estabelecer a UGP (Unidade de Gestão do Projeto) do Santa Bárbara, bem como consolidar sua respectiva rotina de operação;
- ii. Articular, planejar e executar planos de trabalho específicos no âmbito deste Acordo de Cooperação Técnica, de acordo com o diagnóstico a ser elaborado;
- iii. Monitorar, por meio de critérios e indicadores, as ações pertinentes a esta Parceria Técnica com foco na mensuração das ações de articulação, planejamento, execução, resultados esperados e avaliação de impacto;
- iv. Articular, planejar e executar planos de trabalho específicos no âmbito deste Acordo de Cooperação Técnica;
- v. Articular novos planos e projetos para serem implementados de acordo com as prioridades levantadas pelo diagnóstico para Implantação do Programa Café Produtor de Água da Bacia Hidrográfica do Santa Bárbara via outros instrumentos jurídicos, viabilizando, inclusive, a captação de recursos financeiros e materiais externos a esta parceria com foco na maximização da realização dos objetivos deste Acordo de Cooperação Técnica;
- vi. Realizar eventos de capacitação e ações de sensibilização para o público-alvo deste Acordo;
- vii. Contribuir para a consolidação de políticas públicas de interesse da Parceria;
- viii. Contribuir para o estabelecimento de ações de desenvolvimento rural sustentável;
- ix. Contribuir para a implementação de tecnologias mais eficientes no uso racional da água.

04. METODOLOGIA DE OPERAÇÃO E DE ATIVIDADES

A presente Parceria Técnica tem como foco a integração de esforços entre os partícipes para o desenvolvimento e aplicação de instrumentos e metodologias visando a implementação do PROGRAMA CAFÉ PRODUTOR DE ÁGUA NO SANTA BÁRBARA.

O PROGRAMA CAFÉ PRODUTOR DE ÁGUA NO SANTA BÁRBARA pretende orientar e incentivar práticas de uso sustentável dos recursos naturais: uso do solo e uso da água na agricultura; proteger áreas conservadas e representativas das tipologias do cerrado; incentivar a atividade rural sustentável como estratégia importante para a manutenção dos processos ecológicos da água, assegurando a perpetuidade da vocação rural na região; promover a adequação e regularização ambiental de propriedades rurais; entre outras formas de proteção da água na bacia.

A estratégia adotada para a implementação das ações está alicerçada em elementos de planejamento, execução, avaliação e retroalimentação:

- i. Plano de Trabalho Gerencial: constituído por este documento, que trata em termos de operação da estruturação da UGP do PROGRAMA CAFÉ PRODUTOR DE ÁGUA NO SANTA BÁRBARA, bem como do estabelecimento da sua respectiva rotina de atividades nos níveis estratégicos, táticos e operacionais. A UGP tem, como uma de suas finalidades, a articulação com foco na viabilização de planos de trabalho ou projetos específicos para gerar as diversas intervenções necessárias na bacia.
- ii. Planos de Trabalho específicos: referem-se a planos a serem constituídos a partir do início da operação da UGP, citados no item anterior. Estes planos poderão ser integrados ao presente Acordo de Cooperação Técnica por meio de Termo(s) Aditivo(s), bem como podem vir a constituir-se de parcerias e/ou projetos específicos, visando a implementação das intervenções na bacia a fim de que os objetivos geral e específicos estabelecidos neste Plano de Trabalho Gerencial sejam alcançados.

Sendo assim, segue o cronograma de atividades deste Plano de Trabalho Gerencial:

| I D | ATIVIDADES | RESPONSÁVEI S | ANO | | | | |
|--------|--|--|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 |
| 1 | Reunião de estabelecimento da UGP – Santa Bárbara | Organização: CNC e participação de todos os que podem participar da UGP | X | | | | |
| 2 | Elaboração do regimento interno da UGP – Santa Bárbara | Organização: CNC e participação de todos os partícipes | X | | | | |
| 3 | Reuniões ordinárias da UGP – Santa Bárbara | Organização: coordenação da UGP; colaboração e participação de todos os partícipes | bimestra 1 | trimestra 1 | trimestra 1 | trimestra 1 | trimestra 1 |
| 4 | Consolidação de Planos de Trabalho específicos | | X | X | X | X | X |

05. RESULTADOS ESPERADOS

| I D | RESULTADOS ESPERADOS | ANO | | | | | TOTAL |
|--------|---|------|------|------|------|------|-------|
| | | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | |
| 1 | Consolidação da UGP – Santa Bárbara | 1 | | | | | 1 |
| 2 | Elaboração de pelo menos 3 (três) novos Planos de Trabalho específicos no âmbito da UGP | 3 | | | | | 3 |
| - | Nº TOTAL DE RESULTADOS ESPERADOS | | | | | | 4 |

06. RECURSOS FINANCEIROS E CONTRAPARTIDAS

Conforme as Cláusulas Sexta do Acordo de Cooperação Técnica, tem-se que não há a geração de obrigações financeiras de qualquer espécie, nem transferência de recursos financeiros, entre as partícipes.

Eventuais despesas necessárias à consecução do objeto deste Acordo de Cooperação Técnica tais como as relacionadas a pessoal, deslocamento, viagens, comunicação entre os Partícipes, e outras que se fizerem necessárias, serão assumidas pelos Partícipes dentro de suas respectivas atribuições e cobertas pelas dotações específicas de seus orçamentos ou recursos próprios.

Os recursos humanos a serem utilizados na execução dos termos do presente Acordo não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação institucional ou empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento.

Caso seja necessária a transferência de recursos para a execução de ações específicas, deverão ser celebrados os termos próprios para tanto, observada a legislação em vigor.

Com relação aos bens, o Acordo de Cooperação Técnica estabelece que não haverá transferência da propriedade dos bens que vierem a ser disponibilizados pelos partícipes para o cumprimento do objeto deste Acordo, devendo ser restituídos de imediato ao partícipe proprietário no caso de rescisão, denúncia ou ao final da sua vigência.

Sendo assim, para a implementação deste Plano de Trabalho Gerencial, cada partícipe cederá como contrapartida, em termos padrão, a indicação de 2 (dois) membros de seus respectivos quadros de pessoal, sendo 1 (um) titular e 1 (um) suplente, para efeito de implementar o cronograma de atividades disposto no item anterior. Sendo assim, cada partícipe obriga-se a disponibilizar, em termos práticos, 1 (um) membro de seu quadro para que participe de todas as atividades descritas.

Segue o quadro de aporte estimado de pessoal, que cada partícipe terá de fornecer, ao longo da execução deste Plano de Trabalho:

| APORTE DE PESSOAL POR PARTÍCIPE | ANO 1 (2023) | POR ANO (2024-2027) | TOTAL (2023-2027) |
|---|--|--|--|
| 01 membro de seu quadro de pessoal (a partir da indicação de titular e suplente) | Reunião de constituição da UGP: (4h); Reuniões ordinárias (4h/bimestre); Elaboração do Regimento Interno (8h) TOTAL: 36 horas | Reuniões (4h/trimestre); TOTAL: 16 horas por ano | 100 horas por partícipe |
| 01 membro de seu quadro de pessoal (em caso de participação em algum grupo de trabalho) | Reunião de grupos de trabalho específicos: (4h/trimestre) TOTAL: 16 horas | Reunião de grupos de trabalho específicos: (4h/trimestre) TOTAL: 16 horas por ano | 80 horas por partícipe por grupo de trabalho em que a instituição estiver inserida |

Observações:

O valor do aporte de cada partícipe, portanto, embora não fique explícito em valores monetários, está estabelecido em termos quantitativos.

Aportes eventuais em termos de infraestrutura, para efeito de abrigar reuniões e oficinas, serão providos por qualquer das partícipes, conforme a disponibilidade e oportunidade, bem como autorização prévia do gestor da partícipe que sedie a atividade, diante de cada caso concreto. Ademais, seguindo esta mesma lógica de requisitos, eventualmente poderão ser convidados outros profissionais pertencentes aos quadros dos partícipes para ministrar treinamentos e/ou proferir palestras.

Observa-se que preferencialmente as reuniões da UGP serão realizadas de forma remota, reduzindo, assim, as necessidades e os custos de deslocamentos para participação nas mesmas.

07 - EQUIPE RESPONSÁVEL PELO CONTATO DIRETO COM O MUNICÍPIO

Segue abaixo a relação contendo os dados da equipe responsável pelo contato direto com o Município sobre a celebração, o monitoramento e a prestação de contas da parceria:

| | | |
|---------------------------------|--------------------|---------------------------|
| 1. Nome: Natalia Fernandes Carr | | Função: Assessora técnica |
| Telefone: [REDACTED] | E-mail: [REDACTED] | |
| 2. Nome: Isadora Quevedo | | Função: Assessora técnica |
| Telefone: [REDACTED] | E-mail: [REDACTED] | |
| 3. Nome: Devanir Garcia | | Função: Consultor |
| Telefone: [REDACTED] | E-mail: [REDACTED] | |
| 4. Nome: | | Função: |
| Telefone: | E-mail: | |

08 - SUGESTÃO DE INDICADORES OU PARÂMETROS, DOCUMENTOS E OUTROS MEIOS A SEREM UTILIZADOS PARA A AFERIÇÃO DAS METAS

Poderão ser adotados os seguintes meios de verificação: análise da quantidade e qualidade da água da bacia, aferição da eficiência da retenção de água nas barraginhas construídas, fotografias, relatório de atividades desenvolvidas, listagem contendo o número de pessoas beneficiadas, fichas de atendimento, pesquisa de satisfação a ser realizada pela Administração (nos casos em que não tiver sido realizada pesquisa de satisfação, a organização da sociedade civil deverá apresentar declaração de entidade pública ou privada local, manifestação do conselho setorial ou outro documento que sirva para expor o grau de satisfação do público-alvo), depoimentos, vídeo, etc.

09 - ESTIMATIVA DE TEMPO DE DURAÇÃO DA VIGÊNCIA DA PARCERIA

O Programa tem duração de, pelo menos, cinco (5) anos, sendo o primeiro ano de diagnóstico da área e abertura de edital para chamamento dos produtores. Após a entrada de um produtor no Programa, é programado que o primeiro ano seja de execução das ações, seguido do recebimento do PSA que se estende por cinco anos.

Assinatura
01/01/2023
[Assinatura]

Secretaria de Agronegócio
e Meio Ambiente